



MUNICÍPIO DE BENAVENTE

CONCURSO PÚBLICO

(ALÍNEA A) DO ARTIGO 19.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS)

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

EMPREITADA DE:

“PRR I01 – 62575 – REABILITAÇÃO DE 23 FOGOS – BENAVENTE”



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**



**Financiado pela
União Europeia**
NextGenerationEU

ÍNDICE

<i>CAPÍTULO I - Disposições iniciais.....</i>	<i>4</i>
Artigo 1.º - Objeto do concurso e descrição sucinta do objeto do contrato	4
Artigo 2.º - Entidade adjudicante	5
Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar	5
Artigo 4.º - Concorrentes.....	5
Artigo 5.º- Código CPV	6
Artigo 6.º - Prazo de execução	6
Artigo 7.º - Plataforma eletrónica	6
Artigo 8.º - Consulta das peças de procedimento	6
Artigo 9.º - Júri, esclarecimentos e retificações das peças do procedimento e erros e omissões do caderno de encargos	6
Artigo 10.º - Inspeção do local dos trabalhos	7
Artigo 11.º - Preço base	8
Artigo 12.º - Preço anormalmente baixo.....	8
<i>CAPÍTULO II - Apresentação e análise das propostas</i>	<i>9</i>
Artigo 13.º - Noção de proposta e de valor da proposta	9
Artigo 14.º - Documentos que acompanham a proposta	9
Artigo 15.º - Modo de apresentação das propostas.....	10
Artigo 16.º - Propostas variantes	11
Artigo 17.º - Número máximo de lotes a adjudicar por concorrente.....	11
Artigo 18.º - Prazo para apresentação das propostas	11
Artigo 19.º - Prazo da obrigação de manutenção da proposta	11
Artigo 20.º - Prorrogação do prazo de apresentação de propostas a pedido dos interessados	11
Artigo 21.º - Retirada da proposta	11
Artigo 22.º - Esclarecimentos e suprimento de irregularidades das propostas	11
Artigo 23.º - Negociação	11
<i>CAPÍTULO III - Análise e avaliação das propostas.....</i>	<i>12</i>
Artigo 24.º - Critério de adjudicação e critério de desempate.....	12
Artigo 25.º - Análise das propostas	12

Artigo 26.º - Relatório preliminar.....	12
Artigo 27.º - Audiência prévia.....	12
Artigo 28.º - Relatório final	12
CAPÍTULO IV - Adjudicação, habilitação, caução e prazo de garantia.....	13
Artigo 29.º - Notificação da decisão de adjudicação	13
Artigo 30.º - Documentos de habilitação.....	13
Artigo 31.º - Outros documentos a entregar pelo adjudicatário	14
Artigo 32.º - Elementos para comunicação prévia de abertura do estaleiro.....	15
Artigo 33.º - Caução.....	15
Artigo 34.º - Valor da Caução	15
Artigo 35.º - Causas de caducidade da adjudicação	15
Artigo 36.º Outorga do Contrato.....	15
CAPÍTULO V - Disposições finais.....	16
Artigo 37.º - Publicitação e eficácia do contrato.....	16
Artigo 38.º - Contagem de prazos e prevalência	16
Artigo 39.º - Encargos.....	16
Artigo 40.º - Legislação aplicável	16

ANEXOS

Anexo I

Declaração do Concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos *(a que se refere à alínea a) do nº 1 do artigo 57º do C.C.P.)*

Anexo II

Modelo da proposta

Anexo III

Modelo de declaração nos termos do nº 4 do artigo 60º do C.C.P. e artigo 14, nº 2, alínea g) do Programa do Procedimento

Anexo IV

Modelo de declaração *(a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 81º do C.C.P.)*

Anexo V

Modelo do Termo de Responsabilidade do Diretor de Obra, artigo 30º, nº 2, alínea c) do Programa do procedimento

Anexo VI

Declarações para Comunicação Prévia de abertura do Estaleiro

Anexo VII

Modelos para prestação de caução

CAPÍTULO I - Disposições iniciais

Artigo 1.º - Objeto do concurso e descrição sucinta do objeto do contrato

1. O presente programa de procedimento refere-se ao concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia designado por: **“PRR i01 – 62575 - Reabilitação de 23 fogos - Benavente”**, no âmbito da Candidatura ao PRR – INVESTIMENTO RE-C02-i01 – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, enquadrado no Aviso n.º 01/C02-i01/2021 do Plano de Recuperação e Resiliência, ao abrigo do Processo n.º **2024/300.10.001/18**.
2. Pretende o Município de Benavente, com a presente empreitada, proceder à reabilitação de 23 fogos habitacionais, localizados em Benavente, conferindo a melhoria das condições de habitabilidade, conforto e eficiência energética.
3. A empreitada reporta-se, no essencial, à reabilitação de edifícios existentes, que inclui, essencialmente, a instalação de sistema de subtelha nas coberturas, aplicação de revestimento pelo sistema ETICS nos fogos designadas, pintura das paredes exteriores e interiores. Inclui ainda a substituição de revestimentos cerâmicos em cozinhas e instalações sanitárias, recuperação de pavimentos em madeira, substituição / reparação de portas interiores, substituição de equipamentos sanitários, móveis de cozinha, além de caixilharias, vidros e estores.
4. A execução da presente empreitada prevê, ao abrigo do artigo 46-A, do Código dos Contratos Públicos, (doravante designado abreviadamente por CCP) a adjudicação por lotes, em conjugação com o artigo do artigo 39º, nº1 a) do mesmo diploma por agrupamento de entidades para os lotes 1 e 2.
5. O procedimento é constituído pelas seguintes peças:
 - Anúncio;
 - Programa do Procedimento, que inclui 7 anexos;
 - Caderno de Encargos;
 - Plano Inicial de Consignação;
 - Mapa de Quantidades de Trabalho;
 - Mapa de Garantias;
 - Estimativa Orçamental;
 - Plano de Segurança Saúde e Higiene;
 - Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição;
 - **Projeto de Execução constituído por:**
 - Projeto de Arquitetura**
 - Memória Descritiva e Justificativa
 - Condições Técnicas Especiais
 - Peças Desenhadas
 - Projeto de Comportamento Térmico**
 - Memória Descritiva e Justificativa
 - Peças Desenhadas
 - Projeto da Rede Predial de Abastecimento de Água**

Memória Descritiva e Justificativa
Condições Técnicas Gerais
Peças Desenhadas

Relatório de Revisão Final
Compilação Técnica.

6. A empreitada compreende dois lotes, sendo admitidas propostas individuais para um deles ou para todos.

4.1. Designação dos lotes

- **Lote 1 – 62575.01** – Trabalhos de reabilitação de 12 fogos, Lote 11-A, em Benavente;
- **Lote 2 – 62575.02** – Trabalhos de reabilitação de 11 fogos dispersos em Benavente;

- 4.2. Caso algum concorrente apresente proposta para mais do que um lote, desde logo, se obriga, no caso de ser Adjudicatário nos contratos referidos aos mesmos, a autonomizar a afetação de meios humanos e materiais a cada um dos contratos para que, de modo algum, fique prejudicada a capacidade de execução simultânea de trabalhos abrangidos pelos diversos contratos.

Artigo 2.º - Entidade adjudicante

Para os dois Lotes, a entidade adjudicante é o Município de Benavente com a seguinte morada e contactos:

Praça do Município, Código Postal: 2130-038 BENAVENTE

Telefone: 263 519 600

E-mail: gap@cm-benavente.pt

Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar

Nos termos estabelecidos no n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado abreviadamente por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, a decisão de contratar para todos os lotes, foi proferida pela Câmara Municipal em reunião ordinária realizada em 11 de novembro de dois mil e vinte e quatro.

Artigo 4.º - Concorrentes

1. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. A constituição jurídica dos agrupamentos concorrentes não é exigida na apresentação da proposta, mas todos os seus membros são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
3. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade de agrupamento complementar de empresas, nos termos do Decreto-Lei nº 430/73, de 25 de agosto, na sua atual redação, ou consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, nos termos do Decreto-Lei nº 231/81, de 28 de julho, também na sua atual redação.

Artigo 5.º - Código CPV

Aos trabalhos da empreitada a contratar corresponde o código **45453100-8 (obras de recuperação)** do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), conforme definido pelo Regulamento (CE) nº 213/2008, de 28 de novembro de 2008.

Artigo 6.º - Prazo de execução

1. O prazo de execução da obra inicia-se a partir da data da consignação ou na data em que o dono da obra lhe comunique a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior.
2. O prazo para execução da empreitada é **prazo fixo de 305 (trezentos e cinco)** dias, incluindo sábados, domingos e feriados, excluindo o dia em que ocorrer a consignação.
3. Não obstante o prazo definido no ponto anterior, é também fixado o prazo, contado nos termos do ponto 2), para cada lote

Nº	Designação do lote	Prazo de execução (fixo)
1	Lote 1 – 62575.01 – Trabalhos de reabilitação de 12 fogos, Lote 11-A, em Benavente;	305 dias
2	Lote 2 – 62575.02 – Trabalhos de reabilitação de 11 fogos dispersos em Benavente	305 dias

Artigo 7.º - Plataforma eletrónica

O acesso aos documentos que constituem as peças do procedimento é realizado através de download na plataforma eletrónica, acinGov, em <https://www.acingov.pt>, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 8.º - Consulta das peças de procedimento

O processo pode igualmente ser consultado na Divisão Municipal de Obras Municipais, Serviços Urbanos e Transportes da Câmara Municipal de Benavente, sita na Rua do Paço, em Benavente, entre as 9h00m e as 12h30m e as 14h00m e as 17h30m, desde o dia da publicação do anúncio em *Diário da República* até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 9.º - Júri, esclarecimentos e retificações das peças do procedimento e erros e omissões do caderno de encargos

1. O júri é constituído ao abrigo e nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 67.º, do CCP.
2. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados ao Júri do Procedimento, por escrito, através da plataforma eletrónica acinGov, em <https://www.acingov.pt> no primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos a que se refere a número anterior são prestados por escrito, e através da referida plataforma eletrónica, pelo Júri do Procedimento, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, sendo disponibilizados junto às peças do procedimento e os interessados imediatamente notificados desse facto;
4. À resposta a qualquer pedido de esclarecimento para além do prazo referido no número anterior obedece ao disposto no n.º 1 do artigo 64.º do CCP.

5. O órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, prestar esclarecimentos e proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento, no prazo referido no n.º 3 do presente artigo ou, até ao termo do prazo fixado para a apresentação de propostas, devendo neste caso atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.
6. Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do n.º 2 do artigo 50.º do CCP, e daqueles que por eles apenas possam ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
7. O incumprimento do dever a que refere o número anterior têm as consequências previstas no n.º 3 do artigo 378.º do CCP.
8. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.
9. O órgão competente para a decisão de contratar deve indicar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no número anterior.
10. As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados, são publicitadas na plataforma eletrónica acinGov, em <https://www.acingov.pt> e juntas às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados do facto.
11. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 10.º - Inspeção do local dos trabalhos

1. O local de execução dos trabalhos:

Freguesia de Benavente

- **Lote 1 – 62575.01**

- i. Rua Joaquim Rodrigues Parracho, Lote 11-A - R/C DTO, R/C ESQ, R/C FRT, 1.º DTO, 1.º ESQ., 1.º FRT, 2.º DTO, 2.º ESQ, 2.º FRT, 3.º DTO, 3.º ESQ, 3.º FRT

- **Lote 2 – 62575.02**

- i. Travessa B à Rua Alfredo Betâmio de Almeida, LT 7-A, 2.º FRT, LT 8-A R/C FRT e LT 10-A 1º DTO;
- ii. Rua Alfredo Betâmio de Almeida, LT 36-A, 3.º DTO
- iii. Rua José Justino Lopes, n.º 56 e n.º 58
- iv. Rua Osvaldo Pedroso, LT 10, 2.º ESQ
- v. Rua Luís Godinho, n.º 13
- vi. Praceta António Pedro Pedrosa, LT 2, 2.º ESQ
- vii. Av.ª Dr. Manuel Lopes de Almeida, n.º 6
- viii. Rua Luís de Camões, n.º 14-B

2. Desde o dia da publicação do anúncio em *Diário da República* e até ao termo do prazo fixado para a entrega das propostas, os interessados poderão inspecionar o local de execução da obra e realizar nele os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas.

3. Os interessados e os concorrentes não podem, em caso algum, para efeito do cumprimento das obrigações decorrentes do procedimento, invocar o desconhecimento das condições do local onde será executada a obra ou imputar qualquer responsabilidade a esse título à Entidade Adjudicante ou a qualquer outra entidade, como fundamento para incumprimento das suas obrigações legais de natureza procedimental ou contratual.
4. As visitas a que se refere o n.º 1 não têm, em caso algum, efeito sobre a contagem dos prazos previstos no programa de procedimento ou no CCP, nomeadamente sobre o prazo previsto para a apresentação de pedidos de esclarecimentos pelos interessados ou para a apresentação das respetivas propostas.

Artigo 11.º - Preço base

1. O preço base é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto.
2. O preço base para efeito do presente procedimento é de **820.200,00 € (oitocentos e vinte mil e duzentos euros)**, não incluindo o imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).
3. O preço base decorre da respetiva estimativa orçamental, tendo como base os preços unitários utilizados pelo projetista na respetiva estimativa orçamental, os quais tiveram como base os valores médios de mercado, cobrindo o custo pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar e preservando a concorrência.
4. Não obstante o preço base total do procedimento fixado no número anterior, são também fixados os seguintes preços base para cada um dos lotes:

Nº	Designação do Lote	Preço Base
1	Lote 1 – 62575.01 – Trabalhos de reabilitação de 12 fogos, Lote 11-A, em Benavente;	408.350,00€
2	Lote 2 – 62575.02 – Trabalhos de reabilitação de 11 fogos dispersos em Benavente	411.850,00€

Artigo 12.º - Preço anormalmente baixo

1. O estabelecimento do limiar do que será considerado um preço anormalmente baixo, nos termos do número seguinte, tem como fundamento a necessidade de assegurar a boa execução da empreitada a realizar, contrariando assim práticas que visem obter vencimento nos procedimentos concursais a qualquer custo, sem que ofereçam as condições necessárias para o efeito, e eventualmente remetendo para uma fase posterior em obra a resolução de aspetos da mesma que deveriam estar à partida salvaguardados.
2. Nos termos do n.º1 do artigo 71.º do CCP e para efeito do presente procedimento, a entidade competente para a decisão de contratar considera duas condições para verificar o preço anormalmente baixo, cuja aplicabilidade depende do número de propostas a admitir.
3. Se o número de propostas a admitir for superior a três, adotar-se-á a fórmula que tem em consideração o desvio percentual em relação à média dos preços das propostas.
4. Se o número de propostas a admitir for inferior ou igual a três aplicar-se-á a fórmula que tem em consideração o desvio percentual em relação ao preço base do concurso.

5. A distinção referida nos números anteriores deve-se ao facto do conceito de “média aritmética” de um conjunto de dados funcionar de forma mais adequada quando os valores são em número significativo, assumindo-se para o efeito 4 ou mais. Na presença de apenas duas ou três propostas e de tão reduzido número de valores (2 ou 3), não é possível definir uma tendência/média para o preço de mercado. E, no caso limite de uma única proposta, a média dos preços das propostas a admitir coincidiria com o próprio preço da proposta e, por isso, este nunca poderia ser considerado anormalmente baixo.
6. Atendendo ao exposto nos n.ºs. 3 e 4 o preço total resultante de uma proposta (V_p) é considerado anormalmente baixo, por lote, quando:

i) sendo admitidas até três propostas

sejam de valor igual ou inferior à diferença entre o valor do preço base (P_b) e 25% desse valor, ou seja,

$$V_p \leq P_b - 0,25 \times P_b$$

ii) sendo admitidas mais de três propostas

sejam de valor igual ou inferior à diferença entre o valor médio das propostas a admitir (M) e 15% desse valor, ou seja,

$$V_p \leq M - 0,15 \times M$$

adotando-se a percentagem de 15% do valor médio, tendo em conta que este desvio em relação à média corresponde ao limite máximo que se deve considerar de modo a obter-se uma baixa dispersão em torno da média.

CAPÍTULO II - Apresentação e análise das propostas

Artigo 13.º - Noção de proposta e de valor da proposta

1. Nos termos do artigo n.º 1 do artigo 56.º, do CCP, a proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. O valor da proposta será expresso em euros e não incluirá o Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA).
3. A proposta de preços deverá ser elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II do presente programa de procedimento e acompanhada pela lista de preços unitários que lhe serviu de base, devendo os preços unitários propostos ser arredondados a duas casas decimais.
4. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os preços indicados em algarismos.

Artigo 14.º - Documentos que acompanham a proposta por lote

1. Os documentos que constituem e acompanham a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
2. **Sob pena de exclusão, as propostas devem ser apresentadas por lote, acompanhadas, em relação a cada um deles, dos seguintes documentos**, observando-se o disposto no n.º 4 e, sendo o caso, no n.º 5, ambos do artigo 57.º do CCP:

a) Declaração a que se refere o artigo 57.º, n.º 1, al. a), com modelo constante do **Anexo I**;

- b) **Proposta de preço**, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo II**;
 - c) **Lista dos preços unitários** em conformidade com as quantidades de trabalho apresentados neste procedimento, devendo os preços unitários ser arredondados a duas casas decimais;
 - d) **Memória descritiva e justificativa dos trabalhos**;
 - e) **Plano de trabalhos**, tal como definido no artigo 361.º do CCP, deve obedecer às seguintes condições:
 - i. ser elaborado de acordo com o estabelecido no Plano Inicial de Consignação,
 - ii. detalhar as atividades a desenvolver, com respeito aos **artigos do mapa de quantidades de trabalho** e ao prazo de execução da obra,
 - iii. fixar a sequência e prazos parciais de execução de cada uma das espécies de trabalho previstas,
 - iv. usar a **semana** como unidade de tempo,
 - v. indicar as quantidades e a qualificação profissional da mão de obra necessária, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada, **consubstanciando o plano de mão de obra ajustado ao plano de trabalhos**,
 - vi. indicar as quantidades e a natureza do equipamento necessário, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada, **consubstanciando plano de equipamentos ajustado ao plano de trabalhos**,
 - vii. especificar quaisquer outros recursos, exigidos ou não no caderno de encargos, que serão mobilizados para a realização da obra,
 - viii. ter em conta, na realização do planeamento, que este é relativo à data do plano inicial de consignação da obra.
 - f) **Cronograma financeiro**, que deve conter um resumo dos valores globais correspondentes à periodicidade definida para os pagamentos, subdividido pelas componentes da execução de trabalhos a que correspondam diferentes fórmulas de revisão de preços.
 - i. A representação gráfica do documento referido no número anterior tem de conter os valores monetários e percentuais, mensais e acumulados, devidamente diferenciados.
 - g) Documento em conformidade com o previsto no n.º4 do artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos, elaborado conforme modelo constante no **Anexo III**.

É obrigatória a indicação dos preços parciais correspondentes a todas as subcategorias indicadas no quadro. No caso da predominante deverá também ser indicado o preço parcial da subcategoria e não o valor total da proposta.
3. Os concorrentes **devem também preencher, completando, a “matriz de quantidades”** constante na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, em <https://www.acingov.pt>

Artigo 15.º - Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem a proposta são apresentados, nos termos do artigo 62.º, n.º 1 do CCP, diretamente em plataforma eletrónica - acinGov, em <https://www.acingov.pt>
2. No caso dos documentos da proposta serem apresentados através de uma pasta zipada (tipo ZIP ou RAR), todos os documentos contidos nessa mesma pasta zipada, deverão estar individualmente assinados eletronicamente mediante a utilização de um certificado de assinatura digital qualificada.
3. A receção das propostas é registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue ao concorrente um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

4. O prazo para receção dos documentos referidos no artigo anterior será o indicado no artigo 17.º, ambos do presente programa de procedimento.
5. Nos termos do artigo 54º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, todos os documentos da proposta em plataforma eletrónica deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão da proposta.
6. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante, sob pena de exclusão da proposta.

Artigo 16.º - Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes; cada concorrente deve apresentar uma única proposta.

Artigo 17.º - Número máximo de lotes a adjudicar por concorrente

Para o presente procedimento não se fixa qualquer limite ao número máximo de lotes a adjudicar ao mesmo concorrente.

Artigo 18.º - Prazo para apresentação das propostas

As propostas devem ser entregues por lote até às **23h59m00s do 30.º (trigésimo)** dia, a contar da data de envio do anúncio para publicação em Diário da República, pelos concorrentes ou pelos seus representantes, nos termos do artigo 62º, n.º1 do CCP, através de plataforma eletrónica acinGov, em <https://www.acingov.pt>

Artigo 19.º - Prazo da obrigação de manutenção da proposta

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 120 dias contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

Artigo 20.º - Prorrogação do prazo de apresentação de propostas a pedido dos interessados

A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha acedido às peças do procedimento, o órgão competente para a decisão de contratar, pode decidir prorrogar o prazo fixado para apresentação das propostas, por período adequado, o qual aproveita a todos os interessados, sendo a decisão publicada por aviso, em *Diário da República* e notificada, via plataforma eletrónica, a todos os interessados que tenham acedido as peças do procedimento.

Artigo 21.º - Retirada da proposta

À retirada da proposta aplica-se o disposto no artigo 137.º do CCP.

Artigo 22.º - Esclarecimentos e suprimimento de irregularidades das propostas

Aos pedidos de esclarecimentos e suprimimento de irregularidades das propostas aplica-se o regime constante do artigo 72.º do CCP.

Artigo 23.º - Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

CAPÍTULO III - Análise e avaliação das propostas

Artigo 24.º - Critério de adjudicação e critério de desempate

1. A adjudicação é feita por lotes segundo o critério da **proposta economicamente mais vantajosa**, segundo a modalidade prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, ou seja, **monofator**, de acordo com a qual o único aspeto da execução do contrato a celebrar é o preço.
2. A adjudicação será por lotes, podendo os concorrentes apresentar proposta a um, a mais do que um ou à totalidade dos lotes.
3. Em caso de empate entre as propostas admitidas, o desempate será alcançado através de sorteio conduzido pelo júri nomeado para o procedimento, a realizar na presença de todos os concorrentes, em data, hora e local a notificar com a antecedência mínima de 48 horas.
4. Os representantes dos concorrentes admitidos deverão apresentar-se na sessão de sorteio devidamente mandatados ou credenciados, mas sem direito a intervir no ato.
5. Da sessão do sorteio lavrar-se-á ata que deverá ser, obrigatoriamente, assinada pelos elementos do júri, a qual fará parte integrante do Relatório Preliminar.

Artigo 25.º - Análise das propostas

1. O júri do procedimento analisa as propostas para efeitos de adjudicação tendo em conta o critério fixado no n.º 1 do artigo anterior.
2. A análise das propostas é efetuada tendo por base os documentos que constituem a proposta, e ainda os esclarecimentos apresentados e os suprimimentos de irregularidades daquelas, nas condições estabelecidas no artigo 72.º, n.º 2 do CCP.

Artigo 26.º - Relatório preliminar

O júri do procedimento, após a análise das propostas, elabora um relatório preliminar, propondo fundamentadamente as razões por que propõe a exclusão de qualquer proposta, se for caso disso, e ordena as referidas propostas.

Artigo 27.º - Audiência prévia

1. O relatório preliminar referido no artigo anterior é notificado pelo júri do procedimento a todos os concorrentes, através da plataforma eletrónica, fixando-lhes um prazo de 5 (cinco) dias úteis para se pronunciarem por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
2. Durante a fase de audiência prévia, todos os concorrentes têm acesso às informações e comunicações escritas de qualquer natureza que estes tenham prestado, bem como às versões finais integrais das propostas apresentadas.

Artigo 28.º - Relatório final

1. Exercido o direito de audiência prévia referido no artigo anterior, ou decorrido o respetivo prazo para o efeito, o júri elabora um relatório final, no qual pondera as observações formuladas pelos concorrentes, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a

exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia dos interessados nos termos do n.º 2 do artigo 148.º do CCP, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final.
5. Os concorrentes são notificados do ato de adjudicação e, conjuntamente, com o respetivo relatório final e respetivos fundamentos.

CAPÍTULO IV - Adjudicação, habilitação, caução e prazo de garantia

Artigo 29.º - Notificação da decisão de adjudicação

1. O órgão competente para a decisão contratar notificará em simultâneo todos os concorrentes da decisão de adjudicação, acompanhado do relatório final de avaliação das propostas.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar, notificará o adjudicatário para no **prazo de dez (10) dias úteis** a contar da data da notificação de adjudicação, apresentar os documentos de habilitação exigidos neste programa de procedimento, prestar caução, bem como para confirmar os compromissos assumidos por terceiras entidades, se aplicável.
3. No prazo **de 5 (cinco) dias** deve ainda pronunciar-se relativamente à minuta de contrato.

Artigo 30.º - Documentos de habilitação

1. Nos termos do n.º 2 do artigo anterior, o adjudicatário deve apresentar, através da plataforma eletrónica, os seguintes documentos:
 - a) **Declaração** emitida conforme modelo constante no **Anexo IV** do presente programa de procedimento, nos termos do artigo 81.º, n.º 1, al. a) do CCP;
 - b) **Certidão do registo comercial;**
 - c) **Certificado do Registo criminal, que certifique que não foi condenado por sentença transitada em julgado por algum dos crimes referidos no artigo 55.º, n.º 1, als. b) e h),**
 - i. no caso de pessoas singulares – referente ao titular da empresa,
 - ii. no caso de pessoas coletivas – referentes à própria pessoa coletiva, bem como aos titulares dos órgãos sócios de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
 - d) Documento comprovativo da regularização da **situação contributiva para com a segurança social em Portugal;**
 - e) **Declaração comprovativa da situação tributária regularizada**, emitida pela repartição de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal, de acordo com o previsto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º. 236/95, de 13 de setembro;

- f) **Alvará de construção** emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC, I.P.), contendo as seguintes autorizações:
- I. **5ª Subcategoria da 1ª Categoria** e em classe correspondente ao valor global da proposta;
 - II. **Da 4ª, 6ª e 8ª Subcategorias da 1ª Categoria, 12ª Subcategoria da 4ª Categoria e 11ª e 12ª Subcategoria da 5ª Categoria**, da classe correspondente ao valor dos trabalhos especializados que lhe respeitam.
- h) **Comprovativo do Registo Central de Beneficiário Efetivo**, nos termos da Lei 89/2017;
2. Caso o concorrente apresente proposta para mais do que um lote, para além de ser obrigado a ser detentor das habilitações específicas (subcategorias) de cada lote, a classe da subcategoria do lote de valor mais expressivo a que concorra tem de cobrir o valor global da obra acumulada.
 3. Caso o adjudicatário se socorra de alvarás ou certificados de empreiteiros de obras públicas de subcontratados, aplicar-se-á o disposto no artigo 3.º, n.º 2 da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro;
 4. Caso o adjudicatário, ou um subcontratado, nacional de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio não seja titular do alvará ou do certificado referidos nas alíneas anteriores deve apresentar, em substituição desses documentos, uma declaração emitida pelo IMPIC, I. P., comprovativa de que pode executar a prestação objeto do contrato a celebrar por preencher os requisitos que lhe permitiriam ser titular de um alvará ou de um certificado de empreiteiro de obras públicas contendo as habilitações adequadas à execução da obra a que se refere o presente programa de procedimento.
 5. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no programa do procedimento;
 - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º;
 - c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua, salvo se o programa do procedimento dispuser diferentemente e estabelecer a suficiência da redação dos documentos em língua estrangeira sem necessidade de tradução.
 6. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
 7. Quando as situações previstas no n.º 4 se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
 8. Nos casos previstos nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

Artigo 31.º - Outros documentos a entregar pelo adjudicatário

1. O adjudicatário deve ainda apresentar, até à data da celebração do contrato, os seguintes documentos:

- a) declaração da empresa adjudicatária de que o diretor da obra pertence ao seu quadro técnico se for o caso ou documento comprovativo de contratação do diretor da obra, cobrindo o prazo de execução da mesma;
- b) termo de responsabilidade do diretor de obra, conforme modelo apresentado no **Anexo V** do presente programa de procedimento;
- c) Declaração de Direção de Obra válida emitida pela Associação Profissional do diretor da obra

Artigo 32.º - Elementos para comunicação prévia de abertura do estaleiro

No ato da consignação o adjudicatário deve entregar, conforme minutas constantes do **Anexo VI** do presente programa de procedimento, as seguintes declarações:

- a) Declaração da Entidade executante – Modelo 1;
- b) Declaração do Representante da entidade executante – Modelo 2;
- c) Declaração do Diretor Técnico da empreitada identificando o estaleiro e as datas previsíveis de início e termo dos trabalhos – Modelo 3.

Artigo 33.º - Caução

1. A caução destina-se a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais.
2. O adjudicatário é obrigado a **prestar caução no prazo de dez dias**, a contar da notificação da decisão de adjudicação, nos termos e observando as demais formalidades previstas no artigo 90.º do CCP.
3. Para os lotes 1 e 2., o adjudicatário é obrigado a prestar caução a favor de cada uma das entidades adjudicantes, de valor proporcional à sua responsabilidade do preço.
4. A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, de acordo com os respetivos modelos constantes do **Anexo VII**.
5. Para além da sua apresentação por via eletrónica, deverá ser apresentado à entidade adjudicante o **original do meio pelo qual prestou a caução**.
6. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 34.º - Valor da Caução

1. O valor da caução é **de 5%** do preço contratual.
2. Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário é de 10% do preço contratual.

Artigo 35.º - Causas de caducidade da adjudicação

Constituem causas de caducidade da adjudicação todas as previstas no CCP, sem prejuízo de outras decorrentes da lei.

Artigo 36.º Outorga do Contrato

1. O contrato resultante do presente procedimento será reduzido a escrito nos termos do artigo 94.º do CCP, em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.
2. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo fixado no artigo 104.º do CPP.

3. Nos termos da al. b), do nº 3 artigo 104º, a assinatura por meios eletrónicos e a remessa do contrato, ocorrerá no prazo de 5 dias (cinco) dias.

CAPÍTULO V - Disposições finais

Artigo 37.º - Publicitação e eficácia do contrato

A celebração do contrato será publicada no portal da *Internet* dedicado aos contratos públicos, www.base.gov.pt, em conformidade com o disposto no artigo 465.º, n.º 1 do CCP, sendo esta publicitação condição de eficácia para efeitos de qualquer pagamento.

Artigo 38.º - Contagem de prazos e prevalência

1. Os prazos fixados em dias no presente programa de procedimento contam-se nos termos previstos no artigo 470.º do CCP.
2. As normas constantes do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

Artigo 39.º - Encargos

1. São encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da respetiva proposta, incluindo as de prestação de caução.
2. São ainda encargos do adjudicatário as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato.

Artigo 40.º - Legislação aplicável

Em tudo o omissso no presente programa de procedimento observar-se-á o disposto no CCP e restante legislação aplicável.

Benavente, 05 de novembro de 2024

ANEXOS

ANEXO I

Modelo de declaração

a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *h)* do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

MODELO DA PROPOSTA

... (denominação social e sede da empresa concorrente ou de cada uma das empresas do agrupamento concorrente), titular(es) do(s) alvarás (ou, se for o caso, do(s) certificado(s) de inscrição na Lista Oficial de Empreiteiros Aprovados do Estado), ... (indicar o(s) número(s)), contendo as habilitações ... (indicar natureza e classe), depois de ter(em) tomado conhecimento do objeto da empreitada de execução de "...", a que se refere o D.R. nº ... datado de ... de ... de ..., obriga(m)-se a executar os trabalhos que constituem essa empreitada, em conformidade com o Caderno de Encargos, no prazo de ... (...) dias contínuos, incluindo sábados, domingos e feriados, pela quantia de € ... (por extenso e por algarismos, em euros), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, conforme a lista de preços unitários apensa a esta proposta e que dela faz parte integrante.

À quantia supramencionada acrescerá o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor.

Mais declara(m) que renuncia(m) a foro especial e se submete(m), em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data _____

Assinatura(s) _____

ANEXO III

Declaração nos termos do nº 4 do artigo 60ª do C.C.P. e artigo 14, nº 2, alínea g) do Programa do Procedimento

Artigo 14, nº 2, alínea g) do Programa do Procedimento			
HABILITAÇÕES CONTIDAS NOS ALVARÁS, OU NOS CERTIFICADOS DE EMPREITEIRO DE OBRAS PÚBLICAS OU NAS DECLARAÇÕES EMITIDAS PELO IMPIC, I P			PREÇOS PARCIAIS DOS TRABALHOS
SUBCATEGORIA	CATEGORIA	CLASSE	

ANEXO IV

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO V

TERMO DE RESPONSABILIDADE

DIRETOR DE OBRA

... (nome), residente em ..., contribuinte n.º ..., inscrito na ..., sob o n.º ..., na qualidade de diretor de obra, declara assumir a responsabilidade pela correta execução da obra nos termos do n.º 5 do artigo 21º e pelas obrigações previstas no artigo 14.º, ambos da Lei nº 31/2009 de 03 de Julho, republicada pela Lei nº 40/2015, de 1 junho, respeitante à Empreitada de: " ", adjudicada a ... por despacho Superior exarado em

Local e data,

Assinatura: _____

ANEXO VI

DECLARAÇÕES PARA COMUNICAÇÃO PRÉVIA DE ABERTURA DO ESTALEIRO

Modelo 1

DECLARAÇÃO

(Entidade Executante)

..... (Nome da Empresa), Pessoa Coletiva n.º
....., com sede em, e escritório em
....., telefone n.º e fax n.º, declara para os efeitos
do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, na qualidade de adjudicatário,
da empreitada com a designação ".....", que o estaleiro
será localizado em, com o início de trabalhos previsto
para// e termo previsto para//

Local e data,

Assinatura,
(Carimbo)

ANEXO VI

Modelo n.º 2

DECLARAÇÃO

(Representante da Entidade Executante)

... (Nome), portador do Cartão de Cidadão/Bilhete de Identidade n.º ..., válido até ... / emitido em por ..., Contribuinte n.º..., residente em ..., Código Postal n.º... telefone n.º... e fax n.º..., declara para os devidos efeitos do disposto no artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro, na qualidade de Representante da Entidade Executante (empregado), da empreitada com a designação "...", que o estaleiro será localizado em ... (local da instalação) com o início de trabalhos previstos para .../ .../ ... e termo previsto para .../ .../

Local e data,

Assinatura,

ANEXO VI

Modelo n.º 3

DECLARAÇÃO

(Diretor Técnico da Empreitada)

... (nome), portador do Cartão de Cidadão/Bilhete de Identidade n.º ..., válido até ... / emitido em ..., por ..., Contribuinte n.º ..., residente em ..., Código Postal ..., telefone n.º ..., e fax n.º ..., declara para os devidos efeitos do disposto no artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro, na qualidade de Diretor Técnico da Empreitada, da empreitada com a designação "..." que o estaleiro será localizado em ..., com o início de trabalhos previstos para ... /... /.../ e termo previsto para .../ .../... .

Local e data,

Assinatura,

ANEXO VII

MODELOS PARA PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO

Valor: _____ €

Nº de Conta: _____

Vai ..., residente (ou com escritório) ... em ... depositar na ... (sede, filial, agência ou delegação), da ... (instituição de crédito) a quantia de ... (por extenso, em moeda corrente) (em dinheiro ou representada por) ... como caução exigida para a empreitada designada " ...", para os efeitos do artigo 88º, n.º 1, do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

Este depósito fica à ordem de ... (entidade), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Local e data,

Assinatura

ANEXO VII
MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

... (a instituição de crédito), com sede em ..., matriculado na Conservatória do Registo Comercial de ..., com o capital social de ... presta a favor de ... garantia autónoma à primeira solicitação, no valor de € ... correspondente a ...% (percentagem), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a ... (dono da obra) vai outorgar e que tem por objeto "..." (designação da empreitada), regulado nos termos da legislação aplicável, Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual.

.... (a instituição de crédito) obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da ... (dono da obra) sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

.... (a instituição de crédito) deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável, Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

Local e data,

Assinatura

ANEXO VII

MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO

A ... (seguradora), com sede em ..., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ... com o capital social de ... presta a favor de ... (dono da obra) e ao abrigo de contrato de Seguro-Caução celebrado com ... (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação no valor de € ..., correspondente a ...% (percentagem), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela ... (dono da obra) vai outorgar e que tem por objeto "... (designação da empreitada), regulado nos termos da legislação aplicável, Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação.

A ... (seguradora) obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação do ... (dono da obra) sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A ... (seguradora) não pode opor à ... (dono da obra) quaisquer exceções relativas ao contrato de Seguro-Caução celebrado entre esta e o tomador do Seguro.

A presente garantia à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação aplicável, Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

Local e data,

Assinaturas: